

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 276, de 2007, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

RELATOR “AD HOC”: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), atendendo a preceito regimental, elaborou curriculum vitae do interessado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações: filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa Couto, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi subseqüentemente promovido a Terceiro Secretário,;

Segundo Secretário, 1978; Primeiro Secretário, por merecimento, 1982; Conselheiro, por merecimento, 1989; e Ministro de Segunda Classe, 1994.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar os seguintes: Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário, 1978; Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário, 1980; Divisão de Protocolo, Chefe, 1989; Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro, 1990; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração; Divisão de Integração, Chefe, 1993; Presidência da República, Subchefe do Cerimonial, 1994; Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro, 1995; Consulado-Geral em Zurique, Cônsul-Geral, 1998; e Embaixada em Jacarta, Embaixador, 2002.

O Embaixador indicado possui diversas condecorações nacionais e estrangeiras, das quais destacam-se: Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito, Equador, Comendador; Ordem do Mérito Civil, Portugal, Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval, Comendador; e Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial.

No que concerne aos postos para o qual o Embaixador está sendo indicado, o Paquistão, como embaixada principal, e cumulativamente a República Islâmica do Afeganistão e a República do Tadjiquistão, aduz-se as seguintes informações: quanto ao Paquistão, trata-se de país situado na Ásia, confinando com a Índia, o Afeganistão, o Irã e a China. O país tem a extensão de 803.940 km². A população soma cerca de 170 milhões de habitantes. O grupo majoritário é de muçulmanos (97%). A base da economia é a indústria e a prestação de serviços (77% do PIB), apesar da grande importância da agricultura, que emprega metade da população e gera 22% do PIB.

A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos: as conturbadas relações com a Índia e a aliança pendular com os Estados Unidos da América (EUA). A partir deles defluem vários vetores, com primazia para o entorno regional, sobretudo a vizinhança imediata, e o mundo islâmico.

As relações bilaterais mantêm-se em nível correto e cordial, com o apoio recíproco em instâncias importantes. A participação paquistanesa no G-20, evidenciada pela reunião de coordenação organizada por esse país, em setembro de 2005, coincidiu com a visita bilateral do Chanceler brasileiro e demonstra que Islamabad está engajada no tema do comércio agrícola, que é de grande interesse para o Brasil. O apoio mútuo em relação a candidaturas a postos em entidades internacionais é constante. O comércio bilateral, embora modesto, tem perspectivas favoráveis, impulsionadas pelos contatos oficiais e empresariais incrementados a partir da visita do Presidente Musharraf ao Brasil, em novembro de 2004.

Antes da inédita visita presidencial paquistanesa a Brasília, o Brasil e a América Latina ocupavam lugar de pouco destaque na política exterior do Paquistão. Após a vinda do Presidente Musharraf, que também visitou a Argentina e o México, precedida pela visita do Diretor do Departamento da Ásia e a Oceania do MRE e a Islamabad, em outubro de 2003, os contatos se intensificaram.

Quanto ao comércio entre o Brasil e o Paquistão, houve aumento de forma expressiva entre 2002 e 2006, partindo de apenas US\$ 27,3 milhões e atingindo US\$ 193,7 milhões em 2006.

As importações provenientes do Paquistão são ainda extremamente reduzidas e o aumento dos valores no último ano decorre de maiores importações de fios e tecidos de algodão, que responderam por 38% da pauta geral de negócios.

O desequilíbrio estrutural da balança brasileiro-paquistanesa tende a aumentar ainda mais, na medida em que as nossas exportações acusam aumento exponencial e as paquistanesas permanecem em nível estável, o que poderá causar desconforto no futuro relacionamento comercial bilateral.

Quanto ao Afeganistão, trata-se de país mediterrâneo, situado no Sul da Ásia, encravado entre o Oriente Médio, a Ásia Central e o subcontinente indiano. Sua relevância estratégica é indiscutível; desde 1979, quando da invasão pela União Soviética, o Afeganistão vem sofrendo com guerras. Foram 10 anos de resistência contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), seguidos de guerra civil, até as operações militares iniciadas em 2001, lideradas pelos norte-americanos, que derrubaram o regime talibã.

Brasil e Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952. Após 1979, o Brasil não reconheceu o regime instalado por força da intervenção soviética. Nos anos 1990, com a tomada de poder pelo regime talibã, o Brasil seguiu a quase totalidade dos membros das Nações Unidas, que não reconheceram o governo revolucionário fundamentalista.

Os atentados de 11 de setembro e a posterior intervenção militar liderada pelos EUA colocaram o Afeganistão no centro da política mundial. O governo do Brasil, de acordo com sua tradição de política externa universalista e pacífica, juntou-se aos esforços internacionais de condenação inequívoca a todas as formas de terrorismo.

Após a constituição, no final de 2001, da Autoridade Interina no Afeganistão, o Brasil passou a examinar a possibilidade de reconhecê-la oficialmente e retomar as relações diplomáticas bilaterais, decisão tomada em maio de 2004.

Por derradeiro, com relação a República do Tadjiquistão, desmembrada da ex-União Soviética, as relações são ainda incipientes, tendo sido formalizadas pela assinatura de Protocolo em 1966. No entanto, há reconhecido esforço do Governo brasileiro em aproximar nosso país com Estados emergentes da Ásia Central, cujo principal reflexo foi a abertura, em 2007, da Embaixada residente em Astana (Cazaquistão), a primeira Embaixada residente do Brasil na sub-região.

No âmbito econômico, as exportações brasileiras para o Tadjiquistão têm se incrementado de forma considerável, desde 2003, quando atingiram o montante de US\$ 181 mil, até 2006, ano em que as exportações alcançaram mais de US\$ 2,5 milhões. A pauta de exportação brasileira para Tadjiquistão inclui alimentos preparados e carnes. O Brasil importa produtos e materiais elétricos.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA a esta Comissão, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2008.

, Presidente

, Relator